

UNASUL x ALBA

Uma comparação das propostas de defesa

Luciano Larri Chamorra Quevedo¹

Introdução

A colonização das Américas, realizada por espanhóis e portugueses, trouxe à América do Sul um período de disputas pelas riquezas naturais, territórios, fronteiras e imposições culturais, que se arrastaram até os dias atuais com pendências fronteiriças que ainda perduram entre alguns países sul-americanos. Além disso, o processo de expansão da colônia portuguesa para além da linha do Tratado de Tordesilhas, aliado ao fato de o Brasil ter mantido o regime monárquico até 1889, alimentou uma desconfiança nos vizinhos de origem espanhola.

Após a consolidação das fronteiras brasileiras, no início do séc. XX, ocorreram algumas tentativas de criação de grupos de nações, como o Pacto ABC (Argentina, Brasil e Chile). No entanto, tais pactos nunca foram efetivados.

A Segunda Guerra Mundial trouxe uma nova ideia de pactos no campo da defesa. Em 1942, foi criada a Junta Interamericana de Defesa (JID), que antecedeu a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1948, culminando com a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Com a Guerra das Malvinas em 1982, a América vivenciou o problema de ver os Estados Unidos apoiarem a Inglaterra, sua tradicional parceira da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em detrimento do TIAR. A partir desse momento, os países da América do Sul perceberam a fragilidade de seu principal mecanismo de defesa e passaram a acelerar o processo de aproximação regional.

Com a chegada de Hugo Chávez ao governo da Venezuela, a América do Sul ganhou um novo ator e um novo rumo no assunto da integração da defesa. A ideologia, até pouco combatida na Guerra Fria, volta ao subcontinente e rapidamente se alastra em países sob influência venezuelana, com a criação da Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA) em 2004, sem, contudo, falar conselho de defesa até o momento.

Em 2008, com a assinatura do Tratado Constitutivo da UNASUL, o então ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, deu início à criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), aproveitando os fortes laços regionais criados com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), com o Tratado da Bacia do Prata, com a Comunidade Andina de Nações (CAN) e com a própria ALBA.

¹ O autor é major da arma de Cavalaria e aluno da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

Esses dois principais blocos regionais, ALBA e UNASUL, apresentam propostas de defesa com consideráveis divergências, bem como países signatários de ambos. Nesse contexto, o problema ocorrido com o TIAR em 1982 pode-se repetir em caso de disputas sul-americanas ou agressões extrarregionais, em que os membros que participam dos dois tratados podem ser levados a escolher qual alinhamento deverão apoiar.

O presente trabalho tem por objetivo comparar as propostas de defesa da ALBA e da UNASUL e concluir sobre as suas diferenças, bem como o seu potencial em criar óbices ao processo de integração regional, assim como suas inferências para a política externa brasileira. Sua importância é ressaltada em face das alterações decorrentes do crescimento geopolítico do continente sul-americano, da maior necessidade de uma estrutura de defesa e do aumento da influência brasileira nos assuntos internacionais.

Material e método

A pesquisa foi do tipo documental e bibliográfica, utilizando o método comparativo com um tipo de análise teórica.

Inicialmente, foi feita uma extensa pesquisa, buscando compreender a formação política da América do Sul e a origem das suas divergências e potenciais atritos. Posteriormente, pesquisou-se a evolução dos mecanismos de defesa do continente americano, procurando entender os motivos que levaram a seus sequentes insucessos.

Em um segundo instante, pesquisou-se o momento político vivido pelos países integrantes dos blocos, na tentativa

de compreender seus atuais interesses e o rumo dado, pelos seus líderes, às suas políticas externas.

Por fim, procuraram-se informações referentes às propostas para a área da defesa de cada bloco. Os dados referentes à ALBA necessitaram bastante análise por se tratar de trabalhos difusos e abordando temas pontuais: foi necessário juntar fragmentos de informações disponibilizados em diversas fontes, a fim de poder chegar a ideias conclusivas. Quanto à UNASUL, não houve problema na coleta, por se tratar de assunto bastante discutido e pesquisado, havendo uma quantidade suficiente de literatura disponível.

Para manter organizados os dados obtidos, foram utilizadas as fichas registro e a catalogação das informações encontradas, o que facilitou consultas posteriores. Foi dada grande ênfase à busca de informações na Internet devido à falta de livros e obras que discutam os assuntos relativos à defesa. Livros e revistas afetas às ciências sociais também foram utilizados.

A coleta de dados se deu através da pesquisa em *sites* especializados no assunto defesa, artigos científicos em *sites* de universidades e centros de estudos estratégicos e de relações internacionais do Brasil e do exterior.

Discussões

A busca pela consolidação de um mecanismo de defesa na América do Sul é um sonho antigo de seus integrantes. Durante séculos, as tentativas foram infrutíferas por causa de diferentes interesses, alinhamentos

políticos divergentes, desigualdade econômica, questões de limites, interesses estrangeiros, desconfianças mútuas e, principalmente, falta de países com liderança e poder nacional suficientes para aglutinar os demais em torno desse projeto.

O fato de os Estados Unidos da América negarem apoio à Argentina durante a Guerra das Malvinas, desacreditando o TIAR, fez com que os países sul-americanos percebessem que deveriam criar mecanismos regionais de proteção contra os interesses dos países desenvolvidos. Disso, surgiu a aproximação entre Argentina e Brasil, que deixaram de lado as controvérsias hegemônicas, passando para uma relação de aproximação e de confiança mútuas, incluindo as áreas de segurança e defesa, até os dias atuais.

Com a ascensão de Hugo Chaves ao governo da Venezuela, esse país começou uma política externa centrada no “bolivarianismo” e em uma proposta de união entre os países da antiga Grã-Colômbia. Nesse contexto, e como reação à influência dos Estados Unidos na região, foi criada a ALBA.

Com a maior inserção do Brasil na governança mundial, o então ministro da Defesa Nelson Jobim propôs, em 2008, a criação da UNASUL, unindo países da ALBA e do MERCOSUL em uma nova comunidade sul-americana.

A UNASUL foi criada com a finalidade de gerar maior integração e apoio entre os seus países membros em diversas áreas de interesse, entre elas a defesa, com a criação, no mesmo ano, do Conselho de Segurança Sul-americano (CDS). No mesmo caminho, a ALBA iniciou seus trabalhos no sentido de criar mecanismos de segurança

entre os seus signatários.

Durante a pesquisa chegou-se à conclusão de que os mecanismos de integração criados representam, em primeira instância, uma expansão da política externa de dois países — Brasil e Venezuela —, que procuram expandir sua influência pelos países do subcontinente.

A ALBA representa, além de uma reação à influência norte-americana, uma tentativa de expansão da Venezuela impulsionada, pela valorização do petróleo no mercado internacional. Segundo PÁDUA (2010), em seu artigo denominado *Por una política de defensa común latinoamericana: la propuesta venezolana*, o projeto venezuelano de defesa comum começou a ser exposto pelo presidente Hugo Chávez em 2000, durante a I Reunião de Cúpula dos Presidentes da América do Sul. O projeto constava de uma proposta para a integração das Forças Armadas dos países da região.

O processo de cooperação militar entre seus países membros começou em maio de 2006, com a assinatura de um pacto entre Bolívia e Venezuela, que previa a construção de um porto e de uma base militar em território boliviano. O acordo também incluiu a colaboração na gestão de crises, abrindo espaço para o envio de soldados venezuelanos em casos de conflito interno no país aliado.

En su programa dominical *Aló Presidente*, acompañado de su homólogo nicaragüense, Daniel Ortega, Chávez declaró públicamente la necesidad de formar una estrategia de defensa conjunta, con la articulación entre las Fuerzas Armadas terrestres, aéreas, marítimas, Guardia Nacional, fuerzas de cooperación y cuerpos de inteligencia porque el enemigo [sería] el mis-

mo, el 'Imperio', refiriéndose claramente a Estados Unidos. Añadió además que, si alguien atacase a cualquier integrante del bloque estaría atacando a todos, porque el bloque respondería como uno solo. (PADUA, 2010)

Em 2006, foi realizado em Caracas o seminário Seguridad Regional, Integración y Fuerzas Armadas. O evento contou com a presença de várias autoridades civis e militares da venezuelana. Nele, se discutiu a possibilidade de alcançar uma integração militar com o objetivo de formar uma Força Armada Regional. Do seminário resultaram, entre outras, algumas propostas:

- criação de uma Força Militar Sul-Americana que servisse de apoio aos interesses políticos e militares dos países da região com a finalidade de defender sua soberania, liberdade e recursos naturais;
- analisar a possibilidade de criar uma Força de Reserva Regional, que permitisse atender todas as ameaças dirigidas à segurança de Estado de cada país;
- estimular o desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito militar, que permitisse o crescimento de uma indústria bélica regional moderna; e
- propor a desintegração da Junta Interamericana de Defesa.

O assunto voltou a ser tratado na VII Cúpula, em Cochabamba, na Bolívia, no ano de 2009, onde se resolveu criar um Comitê Permanente de Soberania e Defesa da ALBA, que teria como objetivos principais a definição de uma “Estratégia de Defesa Integral Popular Conjunta” e a constituição de uma

Escola de Dignidade e Soberania das Forças Armadas dos países membros.

¿Porqué no, quién nos puede prohibir a países soberanos hacer una alianza militar defensiva, y cruzar soldados y oficiales y entrenamiento y logística?...¿Cómo es que nosotros no nos atrevemos a crear una alianza militar, porqué, qué miedo hay, hay miedo o qué? (Hugo Chavez, 2009)

Em 31 de maio de 2011, na localidade de Warnes, em Santa Cruz, a 800km de La Paz, foi inaugurado o centro de operações da Escola de Defesa da ALBA. No dia 9 de junho do mesmo ano, em Cuba, Hugo Chávez e Raul Castro assinaram os termos de criação da Escola de Formação das Forças Armadas da ALBA.

Durante a XI Cúpula de Presidentes e Chefes de Governo, que se realizou em Caracas em fevereiro de 2012, o presidente da Bolívia, Evo Morales, propôs a criação de um Conselho de Defesa dos países membros, orientado a “reconstruir a doutrina militar”. Evo, na oportunidade, expressou sua preocupação com a importação da doutrina dos EUA pelos países sul-americanos. Ainda nessa cúpula, manifestou que, assim como os governos, as Forças Armadas da ALBA “devem ser anticapitalistas e anti-imperialistas” e assim recuperar a luta de seus povos.

As propostas da ALBA com relação à defesa parecem ser carregadas de interesses e ideologias venezuelanos. A busca do aumento da influência do governo de Chávez na América Latina fez da aliança um instrumento de expansão do pensamento bolivariano. Nessa linha de pensamento, uma futura estrutura de defesa comum

entre seus países membros poderia ser carregada de radicalismo e neopopulismo, como a criação de guardas milicianas, ingerência nos assuntos internos de outros países e influência na condução das relações internacionais do bloco.

Por outro lado, a UNASUL foi criada com o objetivo de contribuir para o fortalecimento da unidade da América Latina e Caribe, complementando as integrações políticas, econômicas, psicossociais e conferindo personalidade jurídica internacional ao subcontinente.

Segundo MOREIRA (2009), a União criou uma nova geopolítica em uma parte do mundo onde existem grandes reservas de recursos naturais como minérios, águas, terras cultiváveis e energia. Nesse caminho, buscando a continuidade da integração, a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano foi proposta pelo Brasil e apresentada pela primeira vez em reunião de cúpula dos presidentes sul-americanos, em abril de 2008. O projeto foi amplamente discutido e aprovado em 15 de dezembro de 2008 na cúpula extraordinária da UNASUL.

Segundo AMORIM (2008), o Conselho não foi criado para ser uma aliança militar, e sim para fazer a articulação e coordenação de estratégias de defesa do subcontinente, bem como a articulação da elaboração de políticas de defesa, ajudar na confiança mútua. Sua ênfase é no aspecto de cooperação, treinamento, equipamentos e uma base industrial comum na área de equipamento de defesa. Além disso, o Conselho tem como objetivos a coordenação de ações para o enfrentamento de riscos e ameaças à segurança dos Estados, a realização de exercícios militares e a par-

ticipação conjunta em operações de paz da Organização das Nações Unidas (ONU).

Conclusão

A proposta deste artigo foi a de apresentar uma base de conhecimentos, de modo a verificar a possibilidade de integração dos países da América do Sul, levando em conta a existência da ALBA como uma subdivisão do pensamento de defesa.

Nesse contexto, percebe-se que a América do Sul vive um período de evolução na sua geopolítica, marcado pela tentativa de maior inserção na governança global e por uma postura independente nos fóruns internacionais. Na intenção de criar um bloco com força e representatividade, foram estabelecidos alguns mecanismos de aproximação entre os Estados, como a ALBA e a UNASUL, que também representam a intenção de expansão da influência da política externa de Venezuela e Brasil, respectivamente.

Tais blocos iniciaram como uma maneira de facilitar as relações econômicas, mas rapidamente passaram a atuar em outros campos, chegando aos assuntos de defesa. Fruto da diversidade dos países envolvidos, surgiram diferenças quanto à maneira e ao objetivo dos projetos nessa área.

A UNASUL foi criada, não para ser uma aliança militar e sim uma articulação e coordenação de estratégias de defesa do subcontinente. Não pretende, até o momento, unificar forças militares ou até mesmo criar forças de defesa combinadas entre os países membros. Seu foco está na aproximação entre os membros, na tentativa de dirimir receios e aumentar a confiança entre as na-

ções. Ao mesmo tempo, estimula a transparência nos assuntos de defesa.

Em contrapartida, a ALBA propõe, através da Venezuela, a criação de uma força armada regional, com a fusão das forças armadas dos países membros, que responderia a um organismo supranacional civil. Tal projeto é deveras ambicioso e temerário, pois reduz a subordinação das forças aos seus comandantes supremos e cria dupla subordinação, causando potenciais motivos de problemas e disputas pelo comando das mesmas, por motivo de a região ser, ainda, foco de problemas fronteiriços e de relacionamento entre os estados. Como exemplo, existe a cooperação bilateral entre Bolívia e Venezuela, que autoriza o emprego de tropas da segunda em território da primeira, abrindo um precedente para uma possível fusão de comando das Forças Armadas.

Outro aspecto é a importância dada pela UNASUL para a participação nas operações de paz coordenadas pela ONU, fato que é repudiado pela ALBA, por considerar a política externa norte-americana imperialista, sendo as missões uma maneira de subjugar as nações mais fracas. Para a primeira, as operações são excelentes oportunidades de afirmar sua crescente participação nos assuntos mundiais e projetar poder através da utilização de tropas em outras partes do mundo.

A ALBA apresenta discussões em torno da criação de milícias populares, como as já criadas na Venezuela, que geram uma desvalorização das Forças Armadas regulares, ao mesmo tempo em que cria uma divisão dos recursos aplicados na área de defesa. A UNASUL adota políticas de valorização das

forças armadas regulares através de programas de reaparelhamento e treinamento de profissionais através de intercâmbios escolares.

No campo do desenvolvimento tecnológico, a ALBA vem priorizando a aquisição de equipamentos de defesa de origem russa e chinesa, sem apresentar uma preocupação ou programa destinado ao desenvolvimento de um parque industrial que possibilite a autossuficiência na área da defesa. Por outro lado, a UNASUL vem priorizando, como um dos seus principais objetivos, a procura do intercâmbio de conhecimentos para o desenvolvimento de uma indústria de defesa que seja capaz de produzir o que a região necessita, adquirindo *know-how* e desenvolvendo capacidade fabril.

Ao final desse trabalho, percebe-se que as diferenças apresentadas entre os blocos tratados — sobretudo nos aspectos da aproximação com o governo norte-americano, desenvolvimento industrial, atuação em conjunto e ingerência nos assuntos internos de outro membro — são de vulto considerável. As mesmas devem ser tratadas de forma direta entre os governos envolvidos para que possa ocorrer uma perfeita sintonia no aspecto da defesa no subcontinente sul-americano, evitando-se uma postura dual por parte de algum membro, que poderia vir a comprometer a consolidação da UNASUL.

Cabe salientar que a ALBA é um esforço da política internacional venezuelana, que pode estar alicerçada em uma política de governo atual, baseada na sua abundância de recursos energéticos. A força desse mecanismo e a sua longevidade são incógnitas que dependem, e muito, dos rumos da nação venezuelana.

Percebe-se que as diferenças existentes podem gerar dificuldades que tornem insustentável uma verdadeira e profunda integração no campo da defesa na América do Sul. Visões, por vezes, antagônicas sempre serão motivo de desconfiança e atraso do processo de interação.

Cabe ao Brasil e à UNASUL o acompanhamento e o fortalecimento de suas políticas de cooperação e integração para que a política externa brasileira prevaleça no subcontinente e represente, no campo da defesa, a pujança econômica brasileira e a atual estatura geopolítica do país. Esse momento

pode ser crucial para a definição do rumo a seguir por todas as nações, sendo de extrema importância a colimação dos esforços de todos os setores do Poder Nacional brasileiro na consecução de seus objetivos.

O presente artigo não pretende esgotar o assunto acerca da necessidade de estudar a política de defesa da América do Sul, em um momento de intensa interação entre seus países e também de reorganização da governança global. Antes, busca evidenciar a necessidade de profundas discussões a respeito das alianças que estão sendo realizadas pela política externa brasileira.

Referências

AMARAL, Douglas Fernandes de Oliveira. **Formação do Conselho de Defesa Sul-Americano: reflexos políticos e militares para o Brasil**. 2009. 153 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comando e Estado Maior do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

AMORIM, Celso. Cúpula aprova criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. **JusBrasil**. Disponível em: <<http://agencia-brasil.jusbrasil.com.br/noticias/413902/cupula-aprova-criacao-do-conselho-de-defesa-sul-americano>>. Acesso em: 08 mar. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Tratado interamericano de assistência recíproca**: promulgado em 13 de outubro de 1948. Disponível em: <<http://www2.mre.gov.br/dai/tiar.htm>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia Nacional de Defesa (2008)**: promulgada em 18 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www1.defesa.gov.br/eventos_temporarios/2009/estrategia/arquivos/estrategia_defesa_nacional_portugues.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2011.

CHÁVEZ cria milícia bolivariana, com treino de civis. **Folha Online**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u550231.shtml>>. Acesso em: 24 mar. 2012.

CHAVES, Hugo. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. 2. ed. Saraiva: São Paulo, 2007.

_____. **Discurso do presidente da Venezuela, Hugo Chaves Frias, na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação de Estados do Caribe**. Disponível em: <<http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2080>>. Acesso em: 25 maio 2011.

_____. Discurso do presidente da Venezuela, Hugo Chaves Frias. In: CUMBRE DE LA ALTERNATIVA BOLIVARIANA PARA LAS AMÉRICAS, 7. Disponível em: <http://www.la-razon.com/versiones/20091018_006884/rrdd.asp?c=249&id=896403>. Acesso em: 30 nov. 2011.

COLÉGIO INTERAMERICANO DE DEFESA. **O sistema interamericano**. EUA, 2006.

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. 2 v.

FAUSTO, Bóris. **História do Brasil**. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

MALVEIRA, Nirlande Vieira. **O papel do Brasil na integração da América do Sul**: análise da postura do Estado brasileiro perante o recém criado Conselho de Defesa Sul-Americano. 2010. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comando e Estado Maior do Exército) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2011.

MONTEIRO, Paulo Vítor Cabral. **A interação entre as dinâmicas de integração e a dissuasão no continente sul americano**: a orientação político-estratégica da Venezuela e seus reflexos na integração política do Equador, da Colômbia e da Venezuela. 2009. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Comando e Estado Maior do Exército) – Escola de Comando e Estado Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.

MORALES, Evo. Declaração. In: CUMBRE DE PRESIDENTES Y JEFES DE GOBIERNO DEL ALBA, 11. Disponível em: <http://www.rree.gob.bo/webmre/principal.aspx?pagina=np04.htm&ruta=notasprensa/2012/2012_febrero/>. Acesso em: 15 dez. 2011.

MOREIRA, Heleno. **Integração sul-americana**: situação atual e perspectivas: Laboratório de estudos do tempo presente. Disponível em: <http://tempo.tempopresente.org/index.php?option=com_content&view=article&id=4473:integracao-sul-americana-atual-e-perspectiva-s&catid=207&lang=es&Itemid=>>. Acesso em: 20 fev 2012.

OLIVEIRA, Andréa Carvalho Benetti de; BECARD, Danielly Silva Ramos. Comunidade de Segurança na América do Sul?: A UNASUL. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA, 5. **Anais...** Disponível em: <http://ufpr.academia.edu/Andr%C3%A0BenettiCarvalhodeOliveira/Papers/1385605/Comunidade_de_Seguran%C3%A7a_na_America_do_Sul_A_UNASUL> . Acesso em: 10 mar. 2012.

PADUA, Adriana Susart de. Milícia nacional bolivariana: o povo em armas para a defesa e segurança da Venezuela. p. 1-12. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E LIBERDADE – ANPUH, 20., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/ADRIANA%20SUZART%20DE%20P%C1DUA.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2012.

PADUA, Adriana Susart de. Por una política de defensa común latinoamericana: la propuesta venezolana. **ICONOS**: Revista de Ciencias Sociales, n. 38, sep. 2010. Disponível em: <<http://www.flacso.org.ec/docs/i38mathias.pdf>> . Acesso em: 08 mar. 2011.

PARDO, Víctor Suanzes. **La evolución de la seguridad y defensa en la comunidad iberoamericana**. Disponível em: <http://www.defensa.gob.es/ceseden/Galerias/destacados/publicaciones/monografias/ficheros/101_LA_EVOLUCION_DE_LA_SEGURIDAD_Y_DEFENSA_EN_LA_COMUNIDAD_

IBEROAMERICANA..pdf>. Acesso em: 20 fev. 2012.

UNASUL. **Declaración de Santiago de Chile marzo 2009**: promulgada em 10 de março de 2009. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/images/stories/Creacion%20CDS/Declaracion_Santiago_%20Chile_2009.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. **O posicionamento do Governo brasileiro na Guerra das Malvinas**. Rio de Janeiro: Laboratório de Estudos do tempo presente. Disponível em: <<http://www.tempopresente.org/nossa-producao/artigos/35-america-do-sul/5302-o-posicionamento-do-governo-brasileiro-na-guerra-das-malvinas>>. Acesso em: 30 jan. 2012.

VENEZUELA. Constituição (1999). **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Promulgada em 30 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.gobiernoenlinea.ve/docMGr/sharedfiles/ConstitucionRBV1999.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2011.

VENEZUELA. **Ley orgánica de la fuerza armada nacional de Venezuela**. Promulgada em 26 de setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.globovision.com/news.php?nid=10129>>. Acesso em: 18 out. 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em Administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.